

## **Natal e seu primeiro plano de ocupação**

**Luciano Fábio Dantas Capistrano**

Historiador/SEMURB - Professor/Esc.Est. Myriam Coeli

“Praeira do meu pecado, morena flor, não te escondas, quero, ao sussurro das ondas do potengy amado, dormir sempre a teu lado...”Nos versos de Othoniel Menezes canta-se a cidade das dunas, praias e rios. A cidade do Natal, terra dos Potiguares, comedores de camarão, habitantes da Aldeia Velha, tem no seu solo os vestígios das três civilizações, que aqui tendo o Potengi como testemunha, se encontrou,: a Indígena, a Européia e a Africana. A ocupação do sítio e sua expansão, não ocorreu de forma pacífica - a cidade nascida no alto hoje Praça André de Albuquerque - vários foram os confrontos ocorridos ao longo de sua história. Potiguares, Franceses, Portugueses, Holandeses, digladiaram-se em busca do domínio da “pérola do meu amor”. Natal, eternizada nos versos de Praieira, até pouco tempo hino “oficial” da cidade, em decorrência de sua posição geográfica sua ocupação significava a expansão da colonização rumo à região norte.

Xarias e Canguleiros eram os moradores da Cidade Alta e Ribeira, primeiros bairros. Lugares de moradia, comércio e berço de Natal. Tempo de rivalidade entre os comedores de Xaréus e Cangulos, marcados pelas inúteis glórias (GURGEL, 2005). A ocupação urbana de Natal aconteceu lentamente, o perímetro da cidade se restringia na sua origem, ao sul onde hoje se encontra a Praça das Mães e ao norte nas proximidades do baldo. Estes limites eram marcados por duas cruces, simbolizando a administração portuguesa.

O primeiro “plano” de ocupação da cidade do Natal foi o projeto de Cidade Nova (atuais bairros de Tirol e Petrópolis), época de mudanças e modernização. O traço do novo bairro com lotes e ruas largas, foi executado pelo agrimensor Polidrelli. Com o apoio do governador Alberto Maranhão, o Presidente da Intendência de Natal, Joaquim Manuel Teixeira de Moura, seguiu em frente com o projeto da Cidade Nova, enfrentando as críticas dos opositores (NATAL, 2007).

A elite republicana capitaneada, pelo chefe do executivo estadual, Alberto Maranhão redesenhava o espaço urbano de Natal, buscava definir lugares de habitação para os novos donos do poder. A cidade velha representava o antigo regime monárquico, neste sentido, era necessário realizar uma intervenção urbana que expressasse o novo momento político vivido no país. Uma das vozes contrárias ao projeto de Polidrelli, foi a do jornalista Elias Souto (CASCUDO, 1999).

Uma oposição acirrada que, corretamente, denominou o novo bairro de Cidade das Lágrimas, denunciando as desocupações de centenas de “habitações”, provocando a “favelização” da Praia do Meio e do Passo da Pátria. Na verdade, a propalada idéia de cidade moderna, com a criação do terceiro bairro, escondia o desejo, por parte das elites, de construir o “muro da exclusão”. (NATAL, 2007).

A Cidade de Felipe Camarão inicia assim, sua expansão territorial sobre a égide da exclusão, como afirmam Ferreira e Dantas (2006, p. 59): “Em Natal, é sintomático que a primeira grande intervenção urbana a inaugurar o século XX seja o projeto de expansão da cidade através do novo bairro chamado “Cidade Nova”, nova e radicalmente oposta à cidade colonial, com suas ruas

largas em retícula, facilitando a penetração dos ventos dominantes, com exigências de recuos para insolação e ventilação das habitações. É também sintomático que para tanto tenha sido necessária a remoção e expulsão de mais de trezentas cabanas e choupanas para a abertura desse novo espaço de morar das elites, afastado da insalubridade da cidade antiga”.

Segundo o professor e estudioso da expansão urbana de Natal, Lima (2001), as intervenções que sugeriram após o Plano Polidrelli mantiveram a segregação social, delimitando os espaços “nobres” e “periféricos”. Neste processo de expansão, o traçado da cidade seguiu conforme as forças vivas da sociedade, o avanço urbano não acontecia de forma neutra, pois na cidade não há neutralidade, cada segmento social busca construir “sua” cidade.

Natal crescia deixando para trás a fama de “Natal, cidade não há tal”. Surgiam outros lugares de moradia e comércio, nascia o Alecrim, as Quintas. Com as novas demandas o poder público municipal começava a definir as funções das diversas regiões do perímetro urbano. Em 1929, o prefeito Omar O’Grady, preocupado com o ordenamento da urbe instituiu a Lei nº 4 que “dispõe sobre construções, reconstruções, acréscimos e modificações de prédios”. Esta lei é o primeiro instrumento legal a fazer o zoneamento da cidade.

Referências:

FERREIRA, Ângela Lúcia: DANTAS, George. **Surge et ambula.**

LIMA, Pedro de. **Natal século XX** : do urbanismo ao planejamento urbano.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal.**